



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ACIONISTAS:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração de Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR submeteu a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhados dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2010, exceto quando especificado em contrário. Todos os valores apresentados são em R\$ mil, exceto onde especificamente indicado.

#### 1 – APRESENTAÇÃO

A INVEPAR foi criada em março de 2000. Hoje, seus acionistas são a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), através do BB Carteira Livre I Fundo de Investimentos em Ações), Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) e o grupo OAS. Comprometida com o desenvolvimento do Brasil, a INVEPAR é uma das principais empresas do setor de infraestrutura rodoviária e de transporte. A prestação de serviços de alta qualidade, a geração de resultados e a responsabilidade socioambiental são marcas do Grupo INVEPAR na administração de suas controladas.

#### Linha Amarela S.A. – LAMSA

A Concessionária LAMSA administra com sucesso a Linha Amarela, uma das mais importantes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Com 20 km de extensão, a via liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão, encurtando distâncias e revitalizando grande parte da Zona Norte da cidade.

O contrato de concessão, assinado em 1997 entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, que vencerá em 2022, foi prorrogado em maio de 2010, por mais 15 anos, até 2037. Em contrapartida, foi implantado um grande programa de investimentos em obras na Linha Amarela e em seus entornos, totalizando R\$ 251 milhões em dois anos.

#### Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN

A Concessionária Litoral Norte (CLN) administra a rodovia BA-099, no trecho que compreende a Estrada do Coco e a Linha Verde, conectando a cidade de Lauro de Freitas à divisa dos Estados da Bahia e Sergipe, com extensão total de 217 km de rodovia e 35 km de vias vicinais. Desde o início da concessão, a CLN se consolidou como uma rodovia de alto padrão de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento econômico e social da região. O contrato de concessão foi assinado em 2000, com prazo de 35 anos para administrar a rodovia.

#### Concessionária Raposo Tavares S.A. – CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) administra um trecho de 444 km de rodovias no eixo Bauru/Ourinhos/Assis/Presidente Prudente/Presidente Epitácio. Formado pelas rodovias SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), SP-327 (Orlando Quagliato) e SP-270 (Raposo Tavares), o Corredor Raposo Tavares é uma importante via de ligação entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

A empresa assumiu a administração em 17 de março de 2009, com prazo de concessão por 30 anos. A CART investe em obras de melhorias na via, atendimento ao usuário e na duplicação, até 2016, do conjunto de vias que integram o Corredor Raposo Tavares até 2016.

#### Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 km de extensão e 35 estações. O contrato de concessão foi renovado em 2007, estendendo-se até 2038. Em contrapartida, o MetrôRio assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir R\$ 1,15 bilhões para modernização e aumento da capacidade do sistema, e encontra-se no processo de incorporar 19 novos trens à sua frota, o que ampliará a oferta de lugares de cerca de 600 mil passageiros/dia para mais de 1,1 milhão de passageiros/dia.

Estes investimentos incluíram ainda, a implantação da Linha 1A, a construção da Estação Cidade Nova, a modernização do Centro de Controle de Tráfego, a construção da Estação Uruguai, ora em andamento. A concessionária está, também, ampliando e modernizando os sistemas de sinalização, ventilação, energia e implementando acessibilidade total para pessoas com necessidades especiais em todas as estações.

#### Concessionária Bahia Norte S.A. – CBN

A Concessionária Bahia Norte administra um trecho de 121,45 km do Sistema BA-093, localizado na Região Metropolitana de Salvador. A assinatura do contrato de concessão ocorreu em 17 de agosto de 2010 e o início da operação do sistema se deu em fevereiro de 2011. A CBN possui prazo contratual de 25 anos para administrar as rodovias do sistema, que constituem um dos principais corredores de circulação e distribuição de produtos e serviços da Bahia, interligando o Centro Industrial de Aratu (CIA), o Polo Petroquímico de Camaçari, o Terminal Portuário de Aratu e o Aeroporto Internacional de Salvador.

#### Concessionária Rio - Teresópolis S.A. – CRT

A Concessionária Rio - Teresópolis S/A (CRT) administra um trecho de 142,5 km da Rio-Teresópolis-Além Paraíba (BR-116/RJ) no Estado do Rio de Janeiro, desde 22 de março de 1996 e seu prazo de concessão é de 25 anos. A concessão abrange os municípios de Duque de Caxias (a partir do entroncamento com a BR-040/RJ), Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia, indo até a divisa com Minas Gerais, próximo à cidade de Além Paraíba.

Principal ligação para a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro a partir do Município de Teresópolis é também uma alternativa de acesso à Região dos Lagos e ao Norte do estado.

#### Concessionária Rota do Atlântico S.A. – CRA

A Concessionária Rota do Atlântico (CRA) vai operar 45 km de extensão do importante Complexo Viário e Logístico de SUAPE. O contrato de concessão foi assinado em julho de 2011, por um período de 35 anos. O eixo principal inicia-se na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara, onde será construído um conjunto de viadutos, e finaliza em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral sul do Estado de Pernambuco. A CRA encontra-se na fase de construção e ampliação de vias, não tendo até 31 de dezembro de 2011 iniciado a operação de cobrança de pedágio.

#### Instituto INVEPAR

O Instituto INVEPAR foi criado em 2002 e hoje coordena, em conjunto com o Grupo INVEPAR, os programas, projetos de sustentabilidade e investimentos sociais das nossas empresas.

O Instituto INVEPAR vem desempenhando um papel importante na gestão do investimento social privado nos aspectos legais, financeiros e alinhamento metodológico ao setor. O Instituto trabalha com processo metodológico fundamentado na filosofia de valorização de territórios, que inclui o pré-diagnóstico socioambiental da região onde as empresas do grupo estão inseridas; o levantamento de recursos públicos e privados na área de desenvolvimento socioeconômico; na identificação de talentos e vocações locais; na definição de plano de ação emergencial para atendimento a demandas das comunidades impactadas; no estabelecimento de rede de investimento social privado; na efetivação de projetos comunitários de desenvolvimento territorial sustentável; e na efetivação de gestão sustentável.

#### 2 – DESTAQUES DO ANO

##### Nova controlada – Concessionária Rota do Atlântico S.A.(CRA)

Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais proporções, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, com investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão. A nova Sociedade de Propósito Específico constituída para operar o Complexo de vias em questão denomina-se Concessionária Rota do Atlântico S.A.(CRA)

##### Aportes

Ao longo de 2011 a INVEPAR, realizou aportes no MetrôRio, CART, CBN e CRA nos montantes de R\$ 80.000, R\$ 113.000, R\$ 4.000 e R\$ 30.000 respectivamente. Tais

aportes foram destinados ao programa de investimentos destas cias.

Ao longo do ano de 2011 foram efetuados na INVEPAR aportes pelos acionistas no montante de R\$ 357.875, elevando o Capital Social consolidado para R\$ 1.699.466 em 31/12/2011 (R\$ 1.341.591 em 31/12/2010).

#### 3 – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Ao longo do ano de 2011, não houve alterações na estrutura societária da Companhia, tendo sido apenas adicionada à estrutura societária a Concessionária Rota do Atlântico (CRA).

#### 4 – CONJUNTURA ECONÔMICA

Após um ano de 2010 de forte crescimento da Economia, em 2011 observou-se uma redução do ritmo de crescimento, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrado leve alta de 2,7%, conforme dados do IBGE. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 6,5%, resultando em um aumento de 0,6 p.p. em comparação à taxa observada em 2010 (5,9%). Não obstante a desaceleração, continuam positivas as expectativas para o mercado interno, dado o ciclo de investimentos e o baixo patamar de desemprego, bem como a ascensão da "nova classe C", com impactos importantes no consumo de produtos e serviços. A necessidade de melhorias em infra-estrutura no país para suportar maiores níveis de crescimento tende a ser enxergada pelas diferentes esferas do Governo como importante instrumento para avançar a economia brasileira, dada a importância estratégica e capacidade de criar novos empregos deste setor, e também considerando o fato do país sediar importantes eventos esportivos/religiosos nos próximos anos. Desta forma, são esperados para 2012 novos lançamentos de programas de concessões rodoviárias, bem como projetos estruturantes em outros segmentos do setor de transportes, tais como mobilidade urbana, aeroportos e portos, todas estas áreas são foco da INVEPAR, estabelecendo assim um amplo ambiente de oportunidades para a realização de novos negócios.

#### 5 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

O prejuízo de 2011 de R\$ 59.603 (prejuízo de R\$ 10.692 em 2010) foi devido principalmente a: (i) despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e outros instrumentos de dívida contratados pelas empresas do grupo para viabilizar os novos investimentos, conforme mencionado nas notas explicativas anexas a este relatório; (ii) amortizações de ágio pagos na aquisição do MetrôRio em 2009 e CRT em 2010; (iii) e o aumento de despesas com estudos e projetos na INVEPAR, despesas estas necessárias para a consecução dos planos de crescimento da Companhia através de novos projetos.

#### 5.1 – EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization)

Em 2011, o EBITDA Consolidado Ajustado da Companhia atingiu R\$ 344.680, com margem de 38,11%. O EBITDA ajustado é calculado desconsiderando os impactos de receita e custo de construção e de provisão para manutenção em rodovias, introduzidos pelas normas de IFRS. Em comparação a 2010, o aumento do EBITDA Ajustado foi de 13%. Dentre os fatores que contribuíram para este desempenho, estão: a entrada em operação da CBN, incorporação no consolidado do resultado proporcional da CRT e do melhor desempenho operacional de LAMSA, CLN, CART e MetrôRio.

#### EBITDA

	2011	2010
Resultado Líquido do período	(59.603)	(10.692)
(+/-) Atribuível aos acionistas não controladores	(24)	98
(+) IR e CS	(10.383)	14.317
(+) Despesas financeiras	368.681	264.536
(-) Receitas financeiras	(118.814)	(90.326)
(+) Depreciação e Amortização	172.525	135.823
<b>EBITDA IFRS</b>	<b>352.382</b>	<b>313.756</b>
Margem EBITDA IFRS	23,90%	25,55%
(-) Receita de construção	(569.695)	(487.514)
(+) Custo de construção	555.437	473.322
(+) Provisão para manutenção	6.556	5.384
<b>EBITDA Ajustado (antes do IFRS)</b>	<b>344.680</b>	<b>304.948</b>
Margem EBITDA Ajustado	38,11%	41,18%

#### 5.2 – INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com empréstimos, financiamentos e outros instrumentos de dívida no montante de R\$ 2.650.774 (R\$ 1.908.868 em 2010), um aumento de 38,8% neste tipo de passivo, cujo perfil é fundamentalmente de longo prazo, visto que, 76,7% deste montante possui vencimentos acima de 1 ano. Das origens de recursos da Companhia, 34,1% referem-se a capital próprio, demonstrando assim o comprometimento da INVEPAR e de seus acionistas com o plano de negócios da Companhia.

#### 5.3 – DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A INVEPAR adota como política, estabelecida em seu Estatuto Social, a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76. Não foram distribuídos dividendos em 2011.

#### 6 – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Responsabilidade Socioambiental é compromisso do Grupo INVEPAR tratando-se de uma competência reconhecida, valorizada e exercitada em todos os níveis. Acreditamos que a gestão da Responsabilidade Socioambiental só se dá de maneira efetiva com o pleno entendimento da realidade social, econômica e ambiental dos negócios e dos territórios, bem como na efetiva participação das empresas na dinâmica sócio territorial tanto nos negócios correntes como na avaliação de negócios futuros.

O Instituto INVEPAR é um dos estimuladores desse processo no momento em que atua como promotor da responsabilidade social empresarial e como co-gestor dos programas e projetos socioambientais desenvolvidos pelas Empresas do Grupo. Sob a definição estratégica do Grupo INVEPAR, o Instituto tem como missão mobilizar e apoiar as empresas do Grupo nas iniciativas de Responsabilidade Socioambiental, articulando as ações e potencializando os resultados dos investimentos sociais.

O Instituto INVEPAR elabora diretrizes e princípios de Responsabilidade Socioambiental para o Grupo INVEPAR e articula suas ações nessa área, em linha com os valores do Grupo, gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais nas comunidades onde atua e na sociedade como um todo.

Abaixo destacamos as principais ações e projetos desenvolvidos pelas empresas no ano de 2011:

#### Grupo INVEPAR

Desenvolveu o código de ética e conduta para o grupo, no entendimento que a ética é base para a gestão da Responsabilidade Socioambiental Corporativa e o reposicionamento do Instituto INVEPAR.

#### Projeto integração cinemaneiro (LAMSA)

O projeto promoveu a formação de 02 núcleos de capacitação de jovens em técnicas audiovisuais em 02 comunidades vizinhas à Linha Amarela.

#### Projeto integração - catálogo e exposição (LAMSA)

O projeto teve como objetivo estimular, nas comunidades vizinhas, o movimento cultural por meio de oficinas de talentos locais, proporcionando aos artistas o reconhecimento do trabalho nos painéis culturais da via.

#### Projeto curta na praça (LAMSA)

O projeto ofereceu entretenimento e acesso a cultura para a população das comunidades vizinhas à Linha Amarela por meio de filmes de curta-metragem brasileiros, de forma gratuita. O projeto realizou exposições de curtas metragens brasileiros para as famílias de 5 comunidades vizinhas à Linha Amarela e para alunos de 3 escolas públicas da região. Cerca de 10 mil pessoas assistiram as exposições.

#### Projeto rede de mobilização (MetrôRio)

O projeto promoveu a inclusão social de pessoas em situação de risco social, através da capacitação em culinária, capacitando-os para a geração de renda através do aprendizado em técnicas de culinária.

#### Projeto novos horizontes (CLN)

O projeto promoveu a capacitação dos pescadores e marisqueiros da Costa dos

Coqueiros em gestão sustentável de projetos sociais, contribuindo para a efetivação de uma rede social local.

O projeto realizou oficina com a diretoria da entidade de Porto de Sauípe/ Entre Rios-BA, tendo como objetivo principal, orientação sobre gestão, planejamento e organização de entidades sociais; elaboração do plano de estoque de pescados junto aos pescadores e marisqueiros beneficiados com o programa. Pelo projeto, o Instituto conseguiu avançar junto ao Governo Federal, R\$ 400 destinados ao grupo.

#### Projeto mão dupla (CLN e CBN em parceria SEBRAE)

O projeto teve o objetivo de aprimorar e fortalecer, em bases sustentáveis, os micro e pequenos empreendimentos comunitários e empresas que atuam nas margens (faixa de domínio) das rodovias administradas pela CLN e CBN, abrangendo principalmente os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Dias D'Ávila, Simões Filho e Mata de São João, no Estado da Bahia.

#### Projeto piloto estrada viva (CART)

O projeto trabalhou para criar ou recompor "matas ciliares" capazes de oferecer refúgio à biodiversidade vegetal e animal na faixa de domínio da concessão e aplicou ações de comunicação para a educação ambiental.

#### 7 – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos seus recursos humanos é questão estratégica para a INVEPAR, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Em 2011, a INVEPAR e suas controladas encerraram o exercício com 4.291 colaboradores em seu corpo funcional (3.458 em 2010), localizados nas diferentes empresas do Grupo nos Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

#### 8 – EVENTOS SUBSEQUENTES

##### Debêntures - LAMSA

Em 10 de janeiro de 2012 a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000.000,00. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão.

##### Proposta Vencedora

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a AIRPORTS COMPANY SOUTH AFRICA SOC LIMITED - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão será criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) da qual o Consórcio INVEPAR – ACSA deterrá 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% serão detidos pela Infraero, conforme o Edital da licitação.

A concessão terá prazo de 20 anos e além dos investimentos requeridos, o consórcio se comprometeu a pagar através da SPE o montante de R\$ 16.213.000, esse montante será atualizado pelo IPCA e amortizado anualmente pelo período da concessão (20 anos). Caberá à INVEPAR o montante de R\$ 7.457.980, proporcional à sua participação no capital da futura SPE.

O resultado do leilão está sujeito à homologação pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC que, segundo as regras do respectivo Edital, deverá ocorrer em março de 2012.

#### Operações Societárias

Em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na INVEPAR pelo qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por OAS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital.

A Assembleia Geral aprovou ainda nesta data um segundo aumento de capital com emissão de 26.398.467 (vinte e seis milhões, trezentas e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete ações ordinárias e 52.796.934 (cinquenta e dois milhões, setecentos noventa e seis mil, novecentas e trinta e duas ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860.964,84 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e (ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603.

Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

Acionista	Ações ON Transferidas ou Recebidas em Permuta	Ações PN Transferidas ou Recebidas em Permuta
OASI	(11.459.636)	11.459.636
Fundo BB	11.459.636	(11.459.636)

Em decorrência das sucessivas operações societárias descritas acima, a composição acionária da INVEPAR passou a ser a seguinte a partir de 21 de março de 2012:

Acionista	Ações ON		Ações PN	
	Quantidade	Percentual de ON	Quantidade	Percentual de PN
OASP	17.429.354	12,18%	34.858.708	12,18%
OASI	15.283.428	10,68%	28.523.582	9,97%
COAS	3.051.499	2,13%	5.735.090	2,00%
FUNDO BB	35.764.281	25,00%	73.939.746	29,56%
PETROS	35.764.281	25,00%	71.528.561	25,00%
FUNCEF	35.764.281	25,00%	71.528.561	25,00%
<b>Total</b>	<b>143.057.124</b>	<b>100,00%</b>	<b>286.114.248</b>	<b>100,00</b>

#### 9 – OUTRAS INFORMAÇÕES

As demonstrações financeiras da INVEPAR, aqui apresentadas, estão de acordo com os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e por sua vez, convergentes às normas internacionais de contabilidade - IFRS, com números devidamente confortados por auditoria independente. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nossos Auditores Independentes somente nos prestaram serviços de auditoria contábil, no montante de R\$ 100 e assessoria tributária (R\$ 18) totalizando R\$ 118 em trabalhos realizados.

#### 10 – DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Tercio Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

#### 11 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	220.580	2.161	266.314	93.583
Aplicações financeiras (Nota 4)	–	–	277.320	–
Contas a receber (Nota 5)	–	–	31.817	23.953
Estoques (Nota 6)	–	–	13.535	15.307
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.238	1.263	24.740	10.053
Debêntures (Nota 8)	38.415	34.842	–	–
Adiantamento a fornecedores	98	523	3.046	8.289
Partes relacionadas (Nota 8)	–	42.499	12.413	29.314
Outros	279	143	12.289	9.545
	<b>268.610</b>	<b>81.431</b>	<b>641.474</b>	<b>190.044</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Aplicações financeiras (Nota 4)	–	–	34.609	23.191
Partes relacionadas (Nota 8)	–	–	9.292	–
Contas a receber (Nota 5)	–	–	4.365	4.052
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.443	3.798	1.443	3.798
Impostos diferidos ativos (Nota 7)	–	–	135.302	78.277
Debêntures (Nota 8)	498.712	469.750	–	–
Depósitos judiciais	200	–	37.365	27.052
Imóveis destinados a venda	–	–	–	5.100
Investimentos (Nota 9)	1.453.534	1.337.989	146	147
Imobilizado (Nota 12)	3.003	1.178	210.496	190.686



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita de serviços (nota 25)	-	-	904.536	740.483
Receita de construção	-	-	569.695	487.514
Receita total	-	-	1.474.231	1.227.997
Custo de serviços	-	-	(534.176)	(387.996)
Custo de construção	-	-	(555.437)	(473.322)
Lucro bruto	-	-	384.618	366.679
Despesas gerais e administrativas	(34.130)	(32.186)	(202.370)	(193.208)
Equivalência patrimonial	(24.536)	19.390	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(2.391)	4.462
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(58.666)	(12.796)	179.857	177.933
Receitas financeiras (nota 20)	82.798	61.964	118.814	90.326
Despesas financeiras (nota 20)	(83.735)	(59.860)	(368.681)	(264.536)
Resultado antes dos impostos	(59.603)	(10.692)	(70.010)	3.723
Imposto de renda e contribuição social:	-	-	10.383	(14.317)
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	(59.603)	(10.692)	(59.627)	(10.594)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	24	(98)
Resultado líquido do período	(59.603)	(10.692)	(59.603)	(10.692)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações	(0,21)	(0,04)	(0,21)	(0,04)

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nestas demonstrações de resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total consolidado
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros			
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	901.965	13.941	38.134	-	954.040	4.145
Aporte de capital	439.626	-	-	-	439.626	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.692)	(10.692)	98
Absorção de prejuízo	-	-	(10.692)	10.692	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	1.341.591	13.941	27.442	-	1.382.974	4.243
Aporte de capital	357.875	-	-	-	357.875	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(59.603)	(59.603)	(24)
Absorção de prejuízo	-	(13.941)	(27.442)	41.383	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	1.699.466	-	-	(18.220)	1.681.246	4.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas	-	-	1.550.391	1.230.725
Vendas de serviços	-	-	977.568	740.483
Receita de construção	-	-	569.695	487.514
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(187)	(1.734)
Outras receitas	-	-	3.315	4.462
Insumos adquiridos de terceiros	(6.902)	(19.599)	(907.243)	(786.988)
Custos dos serviços vendidos	-	-	(149.451)	(183.310)
Custo de construção	-	-	(555.437)	(473.322)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.571)	(19.599)	(201.313)	(126.175)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(416)	-
Outros custos	(331)	-	(626)	(4.181)
Valor adicionado bruto	(6.902)	(19.599)	643.148	443.737
Retenções	(5.519)	(478)	(172.525)	(135.823)
Depreciação e amortização	(5.519)	(478)	(172.525)	(135.823)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(12.421)	(20.077)	470.623	307.914
Valor adicionado recebido em transferência	58.262	81.354	118.814	90.326
Resultado de equivalência patrimonial	(24.536)	19.390	-	-
Receitas financeiras	82.798	61.964	118.814	90.326
Valor adicionado total a distribuir	45.841	61.277	589.437	398.240
Distribuição do valor adicionado	45.841	61.277	589.437	398.240
Pessoal e encargos	16.383	36%	10.682	17%
Impostos, taxas e contribuições	3.189	7%	528	1%
Remuneração capital de terceiros	85.872	187%	60.759	99%
Remuneração de capital próprio	(59.603)	-130%	(10.692)	-17%
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	-	-	(24)	0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais, Exceto quando Indicado de outra forma)

**1. Informações gerais:** Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas	Participação no capital total (%) em 2011
Concessões rodoviárias:	
Linha Amarela S.A. - LAMSA	99,99
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN	91,49
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	99,99
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN	50,00
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	24,91
Concessionária Rota do Atlântico - CRA	50,00
Transportes urbanos:	
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - MetrôRio	99,99

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2012. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.1. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações da INVEPAR estão compostas como segue:

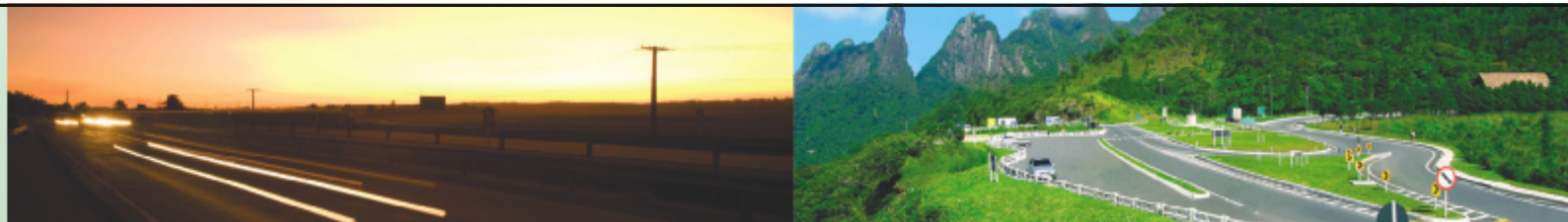
	% de participação da INVEPAR			
	Votante	Total	Votante	Total
	2011	2010	2011	2010
LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99
CLN	99,99	91,49	99,99	91,49
CART	99,99	99,99	99,99	99,99
METRO RIO	99,99	99,99	99,99	99,99
CBN	50,00	50,00	50,00	50,00
CRT	36,88	24,91	36,88	24,91
CRA	50,00	50,00	-	-

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado antes dos impostos	(59.603)	(10.692)	(69.986)	3.625
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Participação dos não controladores	-	-	(24)	98
Equivalência patrimonial	24.536	(19.390)	-	-
Depreciações e amortizações	5.519	477	172.525	135.823
Baixa de imobilizado e intangível	123	-	1.941	66
Ajuste a valor presente	-	-	11.648	-
Ajuste de operações de Hedge	-	-	(8.089)	-
Margem de construção	-	-	(14.258)	(14.192)
Apropriação da receita diferida	-	-	-	(1.600)
Provisões diversas	4.602	-	7.483	(42)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas (Aumento) redução nos ativos operacionais	4.228	-	197.515	125.527
Aplicações financeiras	-	(988)	(288.738)	(8.014)
Contas a receber de clientes	-	-	(8.177)	(3.557)
Impostos correntes e diferidos	(5.846)	-	(58.974)	(15.426)
Depósitos judiciais	(200)	-	(10.313)	(8.776)
Estoques	-	-	1.772	(5.590)
Adiantamentos	425	-	5.243	(1.714)
Outros Créditos	(136)	(401)	(2.506)	-
Partes relacionadas	42.499	-	7.609	(10.105)
Imóveis destinados a venda	-	-	5.100	(5.100)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(2.566)	4.008	(18.630)	(2.511)
Partes relacionadas	-	-	12.505	-
Obrigações com empregados e administradores	(2.179)	2.955	10.546	6.442
Impostos correntes e diferidos	621	128	8.971	5.831
Adiantamentos de clientes	-	-	8.068	(1.548)
Concessão de serviço público	-	-	(57.065)	(125.365)
Outras obrigações e contas a pagar	-	597	6.492	(32.569)
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	12.023	(23.306)	(79.342)	41.303
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aporte em controladas	(197.000)	(377.000)	-	-
Aquisição de investimentos	(30.000)	(64.172)	-	(64.172)
Captação de operações com partes relacionadas	46.514	(23.848)	-	-
Aquisição de intangível	(209)	(28)	(638.687)	(766.048)
Aquisição de imobilizado	(2.385)	(999)	(59.602)	(70.213)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(183.080)	(466.047)	(698.289)	(900.433)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aporte dos acionistas	357.875	439.626	357.875	439.626
Aquisição de debêntures	-	(450.000)	-	-
Emissão de debêntures	-	450.000	400.000	450.000
Captação de empréstimos	-	-	1.583.781	2.444.356
Pagamento de empréstimos	(50.094)	(14.409)	(1.391.294)	(2.486.565)
Recebimento de dividendos e JCP	81.695	64.290	-	(1.259)
Incorporação de empresa adquirida	-	-	-	4.494
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	389.476	489.507	950.362	850.652
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>218.419</b>	<b>154</b>	<b>172.731</b>	<b>(8.478)</b>
<b>Saldo de caixa e equivalente no início do exercício</b>	<b>2.161</b>	<b>41</b>	<b>93.583</b>	<b>22.929</b>
<b>Saldo de caixa e equivalente no final do exercício</b>	<b>220.580</b>	<b>195</b>	<b>266.314</b>	<b>14.451</b>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>218.419</b>	<b>154</b>	<b>172.731</b>	<b>(8.478)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto CBN, CRT e CRA foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras de tais investidas. As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. **2.2. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. b) **Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção:** Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05. **2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. **2.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (ou prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.8. Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas CART, MetrôRio, LAMSA, CLN, CBN, CRT e CRA e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 - Contratos de Concessão. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para



determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos. **2.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.11. Tributação:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

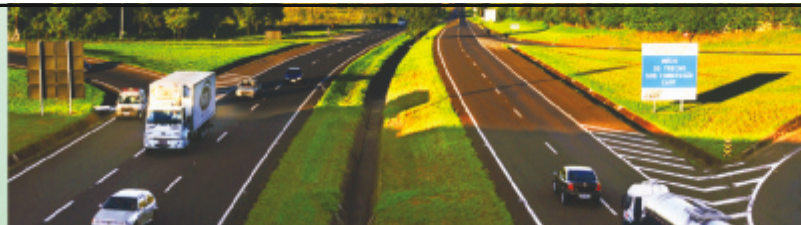
Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio e vendas de passagens	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	—

(\*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e 5,00% para operação de rodovias. A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da controlada MetrôRio representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidos no lucro operacional. **2.13. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

**2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de

reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para manutenção.** As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Benefícios de aposentadoria.** O custo de planos de aposentadoria com benefício definido da controlada MetrôRio e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração da controlada MetrôRio considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação de benefício definido. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota explicativa 21. **2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). As Demonstrações do Valor Adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.17. Instrumentos financeiros.** a) **Reconhecimento inicial e mensuração.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos e debêntures. b) **Mensuração subsequente.** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfizem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.18. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmento estão apresentadas na nota explicativa 11. **2.19. Combinações de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio é mensurado como

sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não efetuou nenhuma transação que se caracterize como combinação de negócios, nos termos definidos acima. **2.20. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.21. Ativo não circulante mantido para venda:** Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. Em 2011 a Administração realizou a venda dos imóveis que estavam mantidos para venda. **2.22. Contratos de concessão - ICPC 01:** As controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão. **2.23. Novos pronunciamentos contábeis:** 2.23.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011. Em 2011 o comitê de pronunciamentos contábeis revisou os pronunciamentos contábeis: CPC 00, CPC 15, CPC 19, CPC 20 e CPC 26 e revisou a interpretação técnica ICPC 01. Tais revisões dos pronunciamentos e da interpretação terão adoção obrigatória para o exercício de 2011 e não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. 2.23.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB. Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os pronunciamentos contábeis: IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 Operações conjuntas e o IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades, tais pronunciamentos terão adoção obrigatória a partir de 01/01/2013. Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. **3. Contratos de concessão.** As controladas LAMSA, CLN, CART, MetrôRio e as controladas em conjunto CBN, CRT e CRA são empresas que detêm contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato: a) **LAMSA.** A Linha Amarela S.A. - LAMSA detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, sendo a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam à PCRJ todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa. Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária. Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela LAMSA, a PCRJ prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa de pedágio em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015. Em 31 de dezembro de 2011, a LAMSA já havia desembolsado o montante de R\$ 247.608 (R\$ 136.845 em 31 de dezembro de 2010) para as obras de melhorias de fluidez da via. b) **CLN.** A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000, com prazo de 25 anos para a sua exploração por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão prevê o reajuste anual da tarifa de pedágio com base em fórmula paramétrica baseada na variação dos índices IT, IP, IOAE, INCC, IC e IGPM, calculados pela Fundação Getúlio Vargas. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Entretanto, a CLN terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução não conste no contrato de concessão e tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. No aditivo foi determinado o aumento do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035. Em virtude da abertura de "rotas de fuga" por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a CLN enfrenta uma considerável queda em suas receitas operacionais. Em novembro de 2011, a referida "rota de fuga" foi fechada em virtude da decisão da 5ª vara da fazenda pública do Estado da Bahia, sendo reaberta em dezembro pela 5ª vara que acatou o recurso da prefeitura municipal de Camaçari. Em 26 de janeiro de 2012, a "rota de fuga" voltou a ser fechada por decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. c) **CART.** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART detém o direito de operar e explorar, através de cobrança de pedágio, a concessão outorgada em 16 de março de 2009 pelo estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, das rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, com prazo de 30 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em 17 de março de 2009. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do IPCA do período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. Como contrapartida à concessão outorgada pela ARTESP à CART, foi paga outorga fixa de R\$ 668.901 e serão realizados investimentos da ordem de R\$ 2.250.281 para ampliação da rodovia, construção de postos de pesagem, trevos, alças, passarelas, instalação de postos de serviços de atendimento aos usuários, entre outras melhorias. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento



efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, e ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. d) **MetrôRio**. A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da venda de passagens, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão. O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos. Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolútiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte. O Contrato determinava e o Aditivo manteve o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo. e) **CBN**. A Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, trechos das rodovias BA 093, BA 512, BA 521, BA 524, BA 526 e BA 535, sistema rodoviário Bahia Norte, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pela AGERBA em 17 de agosto de 2010. O contrato de concessão tem duração de 25 anos, contados a partir da data da assunção, e a tarifa será reajustada anualmente pelo IPCA. Durante a vigência do contrato estão previstos investimentos da ordem de R\$ 805.000 para ampliação da capacidade de tráfego, implantação de acostamentos, construção de passarelas e adequação de paradas em trechos urbanos, entre outras melhorias. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. f) **CRT**. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de explorar mediante cobrança de pedágio, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização. A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevenindo mudanças nesse aspecto. g) **CRA**. A Concessionária Rota do Atlântico S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e a implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados. No contrato de concessão estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão. A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	4.566	195	19.396	10.517
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito				
Bancário CDB	176.001	1.966	185.340	48.356
Compromissada	40.013	-	61.326	9.818
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	-	-	11	12.129
Outros	-	-	241	12.763
Caixa e equivalentes de caixa	220.580	2.161	266.314	93.583
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito				
Bancário CDB	-	-	55.033	6.218
Fundo cambial (a)	-	-	239.036	-
Outros	-	-	17.860	16.973
Aplicações financeiras	-	-	311.929	23.191
Total	220.580	2.161	578.243	116.774
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	220.580	2.161	266.314	93.583
Aplicação financeira	-	-	277.320	-
Não circulante				
Aplicação financeira	-	-	34.609	23.191

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido da controlada MetrôRio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para a Administração da Companhia. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera uma aplicação financeira de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata. As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas CBN, CLN, CART e MetrôRio, as quais estão ou bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa. **5. Contas a receber.**

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo circulante		
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (a)	3.799	2.583
Valores a receber de bilhetes (b)	4.110	7.404
Valores a receber de pedágio (c)	25.101	17.519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.267)	(3.641)
Outros	74	88
Total	31.817	23.953
Ativo não circulante		
Governo Estadual (d)	4.365	4.052
Total	4.365	4.052

(a) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada MetrôRio. (b) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher da controlada MetrôRio. (c) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas LAMSA, CART, CBN e CRT. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias. (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada MetrôRio. Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo no início do período	(3.641)	(4.955)
Adições	(514)	(4.588)
Reversão	2.888	5.902
Saldo no fim do período	(1.267)	(3.641)

	Consolidado	
	2011	2010
Natureza		
Prejuízo fiscal	75.811	45.723
Base negativa de contribuição social	27.472	16.477
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.781	1.130
Provisão para contingências	4.774	4.931
Excesso amortização outorga suplementar	21.980	8.158
Outros	3.484	(3.159)
Total	135.302	73.260

A Administração da Companhia e das controladas MetrôRio, CART e CRT consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2013	8.303
2014	7.936
2015	12.894
2016	20.595
2017 em diante	85.574
Total	135.302

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	-	-	20.442	15.672
PIS e COFINS	86	65	4.092	3.313
ISS	41	11	4.161	4.278
ICMS	-	-	34	322
IRRF	382	172	2.282	1.096
Taxa AGETRANSR-RJ	-	-	492	441
INSS s/ terceiros	261	-	1.470	219
Outros	150	51	1.367	1.672
Circulante	920	299	34.340	27.013
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.722	1.400
PIS e COFINS	-	-	208	157
Não circulante	-	-	1.930	1.557

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Parte relacionada	Transação	Relação	Controladora					
			2011		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)		
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
LAMSA	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.882	-
CART	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.881	-
CLN	JCP/Outros	Controlada	-	1.244	-	-	-	1.090
MetrôRio	Debêntures/Notas de débito	Controlada	38.415	498.712	-	-	-	84.319
CRA	Dividendos	Controlada	-	-	-	-	-	-
Total			38.415	499.956	70.689	332.475	93.172	(62.286)

Parte relacionada	Transação	Relação	Controladora					
			2010		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)		
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
LAMSA	Nota de débito	Controlada	380	-	-	-	-	(380)
CART	Mútuo/Nota de débito	Controlada	41.207	-	-	-	-	(1.227)
CLN	Nota de débito	Controlada	1.388	-	-	-	-	(144)
MetrôRio	Mútuo/Nota de débitos	Controlada	35.610	469.750	-	-	-	(55.359)
Total			78.585	469.750	26.133	352.314	-	(98.057)

Parte relacionada	Transação	Relação	Consolidado					
			2011		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)		
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	2.401	-	-	-	-	(166.998)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	12.413	9.292	12.505	-	-	(86.996)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
Total			14.814	9.292	83.194	332.475	-	(316.280)

Parte relacionada	Transação	Relação	Consolidado					
			2010		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)		
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento	Acionista indireto	16.109	-	-	-	-	(177.165)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	13.205	-	-	-	-	(118.583)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	8.711	117.438	-	(13.649)
Total			29.314	-	26.133	352.314	-	(336.695)

## 6. Estoques

	Consolidado	
	2011	2010
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	8.578	9.196
Adiantamento a fornecedores	3.540	1.268
Importações em andamento	1.388	4.010
Outros	29	833
Total	13.535	15.307

## 7. Impostos, taxas e contribuições.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
a) Impostos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social	9.109	11	21.503	153
PIS e COFINS	129	7	209	108
ISS	-	-	126	126
IRRF	-	1.245	1.508	8.459
Outros	-	-	1.394	1.207
Circulante	9.238	1.263	24.740	10.053
Imposto de renda e contribuição social	1.443	3.798	1.443	3.798
Não circulante	1.443	3.798	1.443	3.798

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado). As controladas da INVEPAR, CART e MetrôRio, de acordo com o CPC 32 - Impostos Sobre o Lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas. Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.	
Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.	
Realização pelo recebimento ou efetivação da perda ou pela aquisição de dedutibilidade face ao ajustamento da cobrança e prazo de vencido superior a 2 anos.	
Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável)	
Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.	
Outros	

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(70.010)	3.723
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	23.803	(1.266)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes	(2.951)	(12.099)
Exclusões permanentes	(1.453)	7.300
Exclusões de prejuízos fiscais e bases fiscais negativas	(11.922)	(8.252)
Total dos impostos no resultado	10.383	(14.317)
<b>8. Partes relacionadas.</b> As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas Reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.		

Parte relacionada	Transação	Relação	Controladora					
			2011		Resultado			
			Circulante	Não circulante	Receitas	(Despesas)		
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	-	(20.762)
LAMSA	Nota de débito	Controlada	-	-	-	-	3.882	-
CART	Nota de débito	Controlada	-	-	-	-	3.881	-
CLN	JCP/Outros	Control						



b) **Sumário das transações entre partes relacionadas.** i. Em 15 de março de 2010, a INVEPAR adquiriu de sua controlada MetrôRio, 900 debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo o montante total de R\$ 450.000. As Debêntures vencem em 15 de março de 2020, são atualizadas pelo IPCA, e fazem jus a juros remuneratórios de 9,75% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente. **Avaliação de conversão futuras.** Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A Administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro. ii. Em 15 de março de 2010, a INVEPAR emitiu 900 debêntures simples (maiores detalhes vide Nota 15), não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500. Os acionistas diretos PETROS, FUNCEF e PREVI, subscreveram 225 debêntures cada. iii. A controlada CART firmou contratos de mútuo com MetrôRio nos montantes de R\$ 45.000 e R\$ 35.000, em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente. Estes contratos possuíam encargos financeiros à taxa de 125% do CDI com vencimento inicial em 25 de abril de 2010, sendo prorrogados até 17 de maio de 2011, quando tais contratos foram quitados. iv. Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., controladora indireta, para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. v. Em 18 de agosto de 2010, a Concessionária Bahia Norte firmou contrato com o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas Construtoras OAS e Norberto Odebrecht, com o objetivo de execução de obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos nos contratos de concessão. O referido contrato tem montante de aproximadamente R\$ 576.361 e prazo de 4 anos. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia não possuía nenhum saldo em aberto com o consórcio. vi. Em 30 de setembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 18.000, com prazo de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Tal operação foi quitada em 15 de fevereiro de 2011. vii. Nos dias 29 de outubro, 30 de outubro e 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contratos de mútuo com a INVEPAR nos montantes de R\$ 7.000, R\$ 8.000 e

R\$ 7.000, respectivamente, encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Tais mútuos tinham vencimento inicial para 30 dias, sendo posteriormente renovados até 15 de fevereiro de 2011, data de quitação das operações. viii. Em 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$ 11.000, com prazo de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Tal operação foi quitada em 15 de fevereiro de 2011. ix. O MetrôRio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação ferroviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$ 147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. x. Em 2010, a CART realizou adiantamento a OAS Engenharia e Participações Ltda., controladora indireta, referente ao contrato de prestação de serviço de construção civil e manutenção na Rodovia Raposo Tavares, referentes às obrigações assumidas no contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 1.078.096, com os pagamentos realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. **Remuneração da administração.** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.028	862	2.890
Encargos	406	172	578
Bônus variáveis	1.857	-	1.857
Benefícios	332	-	332
<b>Total</b>	<b>4.623</b>	<b>1.034</b>	<b>5.657</b>

Composição	Controladora		
	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.013	217	1.230
Encargos	454	43	497
Bônus variáveis	884	-	884
Benefícios	145	-	145
<b>Total</b>	<b>2.496</b>	<b>260</b>	<b>2.756</b>

Adicionalmente, a Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

#### 9. Investimentos. a) Informações sobre os investimentos da controladora.

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Participação	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2010			Saldos em 2009				
	Investida	Ordinárias	Preferenciais	Investimentos (reapresentado)	Integra-lização	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Aquisição/ amortização
LAMSA	99,99	51.927.403	103.854.827	99.784	-	(66.030)	74.838	-
CLN	91,49	10.463.014	18.257.592	44.623	-	-	1.048	-
CART	99,99	342.666.651	342.666.652	125.538	342.000	-	(30.680)	(201)
MetrôRio	99,99	650.000.000	-	673.713	-	-	(20.839)	-
CBN	50,00	34.999.996	-	-	35.000	-	(4.977)	-
CRT (*)	24,91	17.992	3.546	-	-	-	-	16.709
Ágio CRT	-	-	-	943.658	377.000	(66.030)	19.390	16.508
				943.658	377.000	(66.030)	19.390	63.971

Participação	Quantidade de ações em 2011			Saldos em 2010				
	Investida	Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integra-lização	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Aquisição/ amortização
LAMSA	99,99	51.927.403	103.854.827	108.593	-	(76.637)	84.376	-
CLN	91,49	10.463.004	18.257.592	45.672	-	-	(256)	-
CART	99,99	434.691.946	434.691.947	436.655	113.000	-	(31.450)	(184)
METRÔ	99,99	758.115.145	-	652.874	80.000	-	(81.885)	-
CBN	50,00	38.999.996	-	30.023	4.000	-	(6.017)	-
CRT	24,91	17.992	3.546	16.709	-	(5.058)	10.710	42.423
CRA	50,00	30.000.000	-	-	30.000	-	(14)	-
Ágio CRT	-	-	-	1.290.526	227.000	(81.695)	(24.536)	42.239
				47.463	-	-	-	(47.463)
				1.337.989	227.000	(81.695)	(24.536)	(5.224)

OBS: As informações sobre transações com partes relacionadas e aquisição de novos investimentos estão detalhadas na notas explicativas 8 e 12, respectivamente.

#### a.1) Outras informações sobre as controladas

	LAMSA		CLN		CART		MetrôRio	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo total	335.921	244.227	94.626	81.498	1.451.270	1.183.434	2.540.443	2.223.754
Passivo	219.589	135.635	44.991	31.583	938.738	752.450	1.889.454	1.570.880
Patrimônio líquido total	116.332	108.592	49.635	49.915	512.532	430.984	650.989	652.874
Capital social	54.118	54.118	48.564	31.394	625.000	512.000	750.000	650.000
Resultado do exercício	84.375	74.838	(280)	1.146	(31.450)	(30.680)	(81.885)	(20.839)

As informações acima de cada Companhia não levam em consideração o percentual de participação da INVEPAR. b) **MetrôRio.** Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 393.864 (R\$ 344.694 em 31 de dezembro de 2010). A Administração da controlada MetrôRio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema ferroviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já em fabricação e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada MetrôRio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Companhia efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia. b.1) **Aportes de capital:** Em 11 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 55.000, representados por 59.288.448 ações ordinárias, sendo (i) R\$ 35.000 por meio de aporte e (ii) R\$ 20.000 da integralização do AFAC realizado em 27 de março de 2009. Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada MetrôRio R\$ 15.000, representados por 16.296.165 ações ordinárias. Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 30.000 representados por 32.530.532 ações ordinárias. c) **CART.** c.1) **Aporte de capital:** Em 17 de maio de 2010, a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART o montante de R\$ 184.519, representados por 137.354.293 ações ordinárias e 137.354.293 ações preferenciais. Em 29 de julho de 2010, a INVEPAR subscreveu na CART o montante de R\$ 157.481, representada por 120.312.359 ações ordinárias e 120.312.359 ações preferenciais, tal montante foi totalmente integralizado até agosto de 2010. Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART R\$ 25.000, representados por 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais. Em 29 de junho de 2011, a INVEPAR subscreveu na CART o montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 13.836.879 ações ordinárias e 13.836.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Tal montante foi totalmente integralizado nesta mesma data, à vista, com crédito dos recursos em conta corrente bancária da CART. Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada CART R\$ 39.000, representados por 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais. Em 21 de dezembro de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na CART R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. c.2) **Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2011, a CART apresenta capital circulante negativo de R\$ 34.866, proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A administração da controlada entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e

permitirá o pagamento de seus passivos. d) **LAMSA.** d.1) **Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2011, a controlada LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 198.649 (R\$ 86.325 em 31 de dezembro de 2010), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão (R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a controlada LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, em que irá recuperar o investimento. e) **CBN.** e.1) **Aportes de Capital:** A Companhia subscreveu e integralizou na Concessionária Bahia Norte os valores de R\$ 3.000 e R\$ 32.000, que foram aprovados em Assembléias Gerais Extraordinárias ocorridas em 22 de junho de 2010 e 01 de agosto de 2010, respectivamente. Em 01 de novembro de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. f) **CRT.** f.1) **Capital circulante líquido negativo:** O capital circulante líquido (CCL) da CRT em 31 de dezembro de 2011 apresentou resultado negativo em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da companhia. A administração da CRT está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras que, por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima. g) **CRA.** g.1) **Proposta vencedora:** Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, onde ocorrerão investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão. g.2) **Aportes de Capital:** Em 10 de junho de 2011 e 14 de julho de 2011 a INVEPAR aportou os montantes de R\$ 3.000 e R\$ 27.000, respectivamente, na CRA. Em 18 de julho de 2011, CRA assinou o contrato da Concessão com o poder concedente. h) **Participações indiretas:** Em 31 de janeiro de 2007, a controlada MetrôRio adquiriu uma empresa inoperante, MASU 9, visando ter uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros. Em 10 de outubro de 2008, a controlada MetrôRio constituiu subsidiária no exterior, chamada Citpax LLC, com participação integral em seu capital, com o objetivo

principal de: (a) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações do MetrôRio; (b) servir como centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior; e (c) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte de passageiros no exterior. A CITPAX é contabilizada de acordo com o CPC 02 (R2) tendo seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da investidora. Os ativos e passivos de tais controladas indiretas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

	2011	2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	4.475	8.849
Adiantamento a fornecedores	2.757	5.723
Outros	6.197	135
<b>Total do ativo</b>	<b>13.429</b>	<b>14.707</b>
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	2.839	458
	6.208	3.827

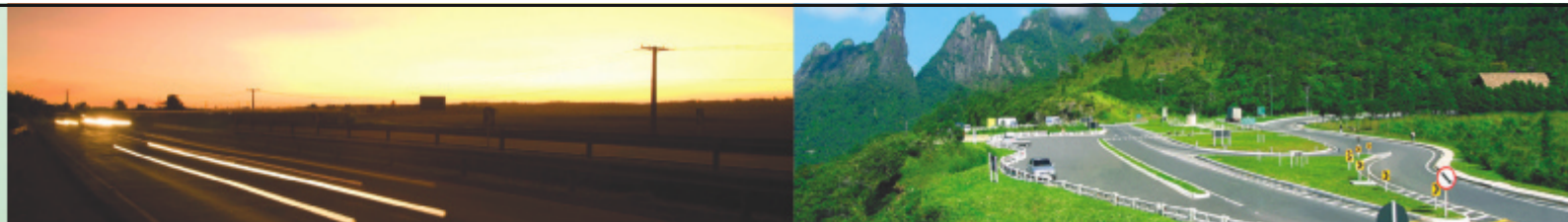
	2011	2010
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízos acumulados	(8.128)	(4.469)
	7.221	10.880

Total do passivo e patrimônio líquido

**10. Combinação de negócios.** Em 28 de maio de 2010, a construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária a anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total. Para alocação do excedente ao valor contábil pago pelas ações, foi contratada empresa especializada que determinou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e com base neste laudo, R\$ 47.931 foi atribuído e alocado em direito de concessão. **11. Informações por segmento de negócios.** A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) concessões rodoviárias; (ii) transportes urbanos; e (iii) administração central. A Companhia possui relatórios gerenciais que permitem segregar de forma confiável as receitas, custos e resultados por empresa. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, do recolhimento de tarifas de pedágio nas concessões rodoviárias e venda de bilhetes para os usuários da concessão ferroviária. As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

	31/12/2011			
	Concessões rodoviárias	Transportes urbanos	Administração central	Consolidado
Receita de serviços	451.876	452.660	-	904.536
Receita de construção	488.496	81.199	-	569.695
Receita total	940.372	533.859	-	1.474.231
Custo de serviços	(221.395)	(312.781)	-	(534.176)
Custo de construção	(476.834)	(78.603)	-	(555.437)
Lucro bruto	242.143	142.475	-	384.618
Despesas gerais e administrativas	(79.914)	(88.326)	(34.130)	(202.370)
Equivalência patrimonial	-	-	(24.536)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	913	(3.303)	-	(2.391)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	163.142	50.846	(58.666)	179.857
Receitas financeiras	13.757	102.497	82.798	118.814
Despesas financeiras	(101.666)	(263.518)	(83.735)	(368.681)
Resultado antes dos impostos	75.233	(110.175)	(59.603)	(70.010)
Imposto de renda e contribuição social	(17.907)	28.290	-	10.383
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	57.326	(81.885)	(59.603)	(59.627)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	24
Resultado líquido do exercício	57.326	(81.885)	(59.603)	(59.603)
Informações suplementares				
Depreciação e amortização	66.855	100.113	5.519	172.525
Investimento em controladas	145	-	1.453.534	146
Ativo total	2.114.977	2.540.443	2.227.028	4.939.132
Passivo - PL	1.356.800	1.889.454	545.782	3.253.666

	31/12/2010			
	Transportes urbanos	Concessões rodoviárias	Administração central	Consolidado
Receita de serviços	387.405	353.078	-	740.483
Receita de construção	89.258	398.256	-	487.514
Receita total	476.663	751.334	-	1.227.997
Custo de serviços	(265.578)	(122.418)	-	(387.996)
Custo de construção	(86.288)	(387.034)	-	(473.322)
Lucro bruto	124.797	241.882	-	366.679
Despesas gerais e administrativas	(40.859)	(120.163)	(32.186)	(193.208)
Equivalência patrimonial	-	-	19.390	-
Outras receitas operacionais	1.568	2.894	-	4.462
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	85.506	124.613	(12.796)	177.933
Receitas financeiras	85.361	5.546	61.964	90.326
Despesas financeiras	(198.760)	(68.461)	(59.860)	(264.536)
Resultado antes dos impostos	(27.893)	61.698	(10.692)	3.723
Imposto de renda e contribuição social	7.054	(21.371)	-	(14.317)
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	(20.839)	40.327	(10.692)	(10.594)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(98)
Resultado líquido do exercício	(20.839)	40.327	(10.692)	(10.692)
Informações suplementares				
Depreciação e amortização	85.906	49.439	478	135.823
Investimentos em controladas	-	-	1.337.989	-
Ativo total	2.223.754	1.593.868	1.895.531	3.868.951
Passivo total				



	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em	
	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2010	Saldo em 2011
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas	(5.621)	(217)	-	-	(5.838)	
Instalações	(511)	(366)	-	-	(877)	
Máquinas e equipamentos	(7.296)	(2.499)	98	140	(9.557)	
Móveis e utensílios	(3.121)	(795)	20	(140)	(4.036)	
Veículos	(2.744)	(1.381)	351	-	(3.774)	
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	(52.885)	(17.252)	-	-	(70.137)	
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	(1.116)	(330)	-	-	(1.445)	
Equipamentos de informática	(6.816)	(5.376)	378	-	(11.815)	
Outros	(245)	(1.421)	-	-	(1.665)	
<b>Total</b>	<b>(80.355)</b>	<b>(29.637)</b>	<b>847</b>	<b>-</b>	<b>(109.144)</b>	
Imobilizado líquido	151.925	41.845	(3.086)	-	190.686	

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em	
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2011	Saldo em 2012
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.326	178	-	6.504	
Instalações	13,6	2.666	946	-	94	3.706
Máquinas e equipamentos	9,2	27.499	10.099	(1.324)	133	36.407
Móveis e utensílios	9,2	10.069	1.733	(40)	(278)	11.484
Veículos	19,1	7.422	2.078	(511)	-	8.989
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	61.089	12.453	(414)	2.386	75.514
Equipamentos de informática	19,6	31.508	8.212	(67)	-	39.653
Peças sobressalentes		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Imobilizado em andamento		21.121	241	-	(94)	21.268
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
Outros		2.740	143	-	-	2.883
<b>Total</b>	<b>299.830</b>	<b>60.848</b>	<b>(2.356)</b>	<b>-</b>	<b>358.322</b>	

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em	
	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2010	Saldo em 2011
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas	(5.838)	(149)	-	-	(5.987)	
Instalações	(877)	(431)	-	-	(1.308)	
Máquinas e equipamentos	(9.557)	(3.321)	97	14	(12.767)	
Móveis e utensílios	(4.036)	(1.319)	22	-	(5.333)	
Veículos	(3.774)	(2.894)	296	-	(6.372)	
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	(70.137)	(23.150)	-	-	(93.287)	
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	(1.445)	(476)	291	-	(1.630)	
Equipamentos de informática	(11.815)	(7.328)	17	-	(19.126)	
Outros	(1.665)	(338)	-	(14)	(2.016)	
<b>Total</b>	<b>(109.144)</b>	<b>(39.406)</b>	<b>723</b>	<b>-</b>	<b>(147.826)</b>	
Imobilizado líquido	190.686	21.442	(1.633)	-	210.496	

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2011, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos. **13. Intangível.**

	Saldo em			Saldo em 2010
	2009	Adições	Baixas	
Custo				
Software	8.215	5.139	-	13.406
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (c)	378.665	359.927	-	738.592
Outorga ARTESP (d)	634.000	-	-	634.000
Direito de concessão - LAMSA (e)	61.969	122.671	-	184.640
Direito de concessão - CLN (e)	79.529	1.657	-	81.186
Direito de concessão - CART (e)	259.389	259.949	-	519.338
Direito de concessão - CBN (e)	-	30.838	-	30.838
Direito de concessão - CRT (e)	-	56.069	-	56.004
Direito de concessão - MetrôRio (f)	932.843	-	-	932.843
Direito de concessão - CART (g)	5.957	-	-	5.957
Direito de concessão - CRA (e)	-	-	-	-
Ágio	-	47.463	-	47.463
Outros	142	(6)	-	149
<b>Total</b>	<b>2.835.038</b>	<b>883.707</b>	<b>-</b>	<b>3.718.745</b>
Amortização				
Software	(4.593)	(1.870)	-	(6.490)
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até 2018)	(153.125)	(5.652)	-	(158.777)
Outorga suplementar (até 2018)	(24.238)	(4.928)	-	(29.166)
Outorga principal e suplementar (até 2038)	(5.289)	(21.216)	-	(26.505)
Outorga ARTESP (até 2039)	(14.493)	(22.155)	-	(36.648)
Direito de concessão - LAMSA (até 2038)	(3.642)	(3.494)	-	(7.136)
Direito de concessão - CLN (até 2035)	(2.797)	(2.869)	-	(5.666)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(2.806)	(13.697)	-	(16.503)
Direito de concessão - MetrôRio (até 2038)	(24.237)	(32.168)	-	(56.405)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(83)	(201)	-	(284)
Direito de concessão - CBN (até 2035)	-	-	-	-
Direito de concessão - CRT (até 2021)	-	(28.835)	-	(28.808)
Direito de concessão - CRA (até 2046)	-	-	-	-
Outros	(107)	(27)	-	(134)
<b>Total</b>	<b>(235.410)</b>	<b>(137.112)</b>	<b>-</b>	<b>(372.522)</b>
Intangível líquido	2.599.628	746.595	-	3.346.223

	Saldo em			Saldo em 2011
	2010	Adições	Baixas	
Custo				
Software	13.406	4.125	(9)	17.522
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (c)	378.592	129.846	(1.318)	867.120
Outorga ARTESP (d)	634.000	-	-	634.000
Direito de concessão - LAMSA (e)	184.640	129.501	-	314.141
Direito de concessão - CLN (e)	81.186	13.367	(75)	94.478
Direito de concessão - CART (e)	519.338	241.337	(1.242)	759.433
Direito de concessão - CBN (e)	30.838	102.212	-	133.050
Direito de concessão - CRT (e)	56.004	10.787	(19)	66.772
Direito de concessão - MetrôRio (f)	932.843	-	-	932.843
Direito de concessão - CART (g)	5.957	-	-	5.957
Direito de concessão - CRA (e)	-	19.421	-	19.421
Direito de concessão - CRT (até 2021) (h)	47.463	468	-	47.931
Outros	149	1.882	-	2.031
<b>Total</b>	<b>3.718.745</b>	<b>652.946</b>	<b>(2.663)</b>	<b>4.369.028</b>
Amortização				
Software	(6.490)	(1.957)	1	(8.446)
Concessão de serviços públicos:				
Outorga principal (até 2018)	(158.777)	(5.778)	-	(164.555)
Outorga suplementar (até 2018)	(29.166)	(5.038)	-	(34.204)
Outorga principal e suplementar (até 2038)	(26.505)	(26.696)	-	(53.201)
Outorga ARTESP (até 2039)	(36.648)	(21.381)	-	(58.029)
Direito de concessão - LAMSA (até 2038)	(7.136)	(4.404)	111	(11.429)
Direito de concessão - CLN (até 2035)	(5.666)	(3.059)	7	(8.718)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(16.503)	(21.981)	991	(37.495)
Direito de concessão - MetrôRio (até 2038)	(56.405)	(32.168)	-	(88.573)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(284)	(184)	-	(468)
Direito de concessão - CBN (até 2035)	-	(3.424)	-	(3.424)
Direito de concessão - CRT (até 2021)	(28.808)	(2.186)	2	(30.992)
Direito de concessão - CRA (até 2046)	-	-	-	-
Direito de concessão - CRT (até 2021)	-	(4.833)	-	(4.833)
Outros	(134)	(30)	-	(164)
<b>Total</b>	<b>(372.522)</b>	<b>(133.119)</b>	<b>1.112</b>	<b>(504.531)</b>
Intangível líquido	3.346.223	519.827	(1.551)	3.864.497

(a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão da controlada MetrôRio (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$ 311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. (b) O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de

#### 14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Circulante	Não circulante	2011	2010
Banco do Brasil e HSBC	Capital de Giro	mar/16 a abr/16	CDI	+1,51%	286	15.500	15.786	441
Bradesco e BNB	Conta garantida	jan/12 a mar/12	CDI	+2,43% a +2,8%	26.085	-	26.086	-
BNDES	Direto	mai/15 a out/24	TJLP	+1,72% a +2,02%	50.094	356.847	406.941	370.513
CEF, Finep e Calyon	Financiamento	nov/16 a jun/34	TR, USD	+3,44% a +7,80%	5.422	265.981	271.403	28.366
Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Votorantim, Itaú BBA e HSBC	Nota Promissória	jan/12 a mar/12	CDI	+3,44% a +7,80%	366.550	-	366.550	686.090
BNB e Desenbahia	Outros	ago/31	TJLP	+3,0% a +8,5%	4.229	123.638	127.867	38.600
BNDES	Ponte				-	-	-	269.276
BNDES	Sênior	jul/17 a mar/24	TJLP, IPCA	+1,80% a +2,80%	44.117	429.204	473.321	10.016
				Ajuste a valor presente	(1.571)	(956)	(2.527)	(2.000)
<b>Total</b>					<b>495.212</b>	<b>1.190.214</b>	<b>1.685.426</b>	<b>1.401.302</b>

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

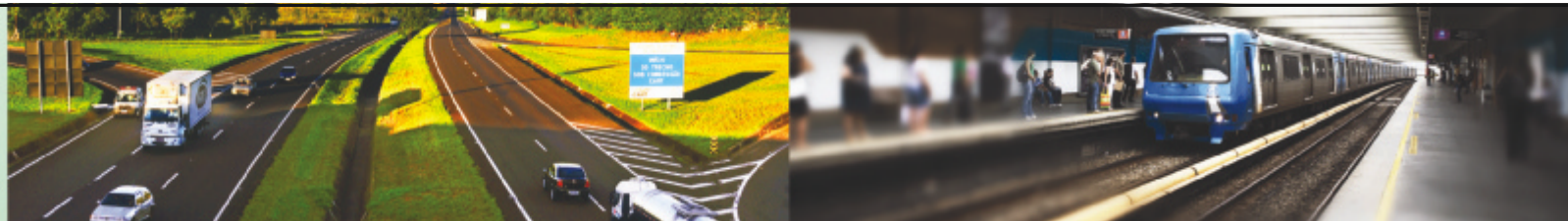
2013	94.823
2014	117.565
2015	118.398
2016	115.626
2017	104.480
2018 em diante	639.322
<b>Total</b>	<b>1.190.214</b>

**Garantias e cláusulas restritivas financeiras.** Em 31 de dezembro de 2011: • R\$ 212.211 do saldo devedor é garantido por aval da INVEPAR. • R\$ 265.885 do saldo devedor não tem garantias. • R\$ 339.930 do saldo devedor é garantido por Cessão fiduciária dos direitos creditórios, constituição de carta e fiança INVEPAR. • R\$ 30.445 do saldo devedor são garantidos por carta fiança. • R\$ 462.391 do saldo devedor é garantido por o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com as debêntures que foram emitidas em janeiro de 2011. Além do aval da INVEPAR durante o período de 2 anos e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta reserva, não compartilhados com os debenturistas. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20% da CART, a qual foi plenamente atendida. • R\$ 179.686 do saldo devedor possui cláusula restritiva financeira de Dívida Líquida/EBITDA da LAMSA inferior ou igual a 3,0, a qual foi completamente atendida. • R\$ 67.011 do saldo devedor são garantidos por Cessão fiduciária dos direitos creditórios e constituição de conta-reserva. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas superior ou igual a 2,0. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, o MetrôRio, por não ter atingido o referido índice exigido em contrato, procedeu à reclassificação do montante passivo de R\$ 15.180, do não circulante para o circulante. • R\$ 20.295 em empréstimos são garantidos por Penhor da totalidade das ações ordinárias da CLN, fiança da INVEPAR, fundo de liquidez, cessão fiduciária dos direitos creditórios e cessão de indenização em caso de perda de arrecadação. • R\$ 107.572 do saldo é garantido por penhor de ações da CBN, cessão fiduciária e vinculação de direitos emergentes, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios, fundo de liquidez em conta reserva e contrato de suporte de acionistas.

**15. Debêntures.** a) INVEPAR. Em 15 de março de 2010, foram emitidas e subscritas 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo o valor total de R\$ 450.000. A oferta pública, com esforços restritos de colocação de debêntures, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da INVEPAR realizada em 04 de março de 2010. Os recursos foram utilizados para integralização de debêntures privadas emitidas pela controlada MetrôRio, que utilizará estes recursos na execução de seu plano de investimentos e expansão.

Debenturistas	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Principal	Atualização	Total	
PREVFI	R\$	IPCA + 9,75%	15/03/2020	112.500	9.604	12.178	134.282
FUNCEF	R\$	IPCA + 9,75%	15/03/2020	112.500	9.604	12.178	134.282
PETROS	R\$	IPCA + 9,75%	15/03/2020	112.500	9.604	12.178	134.282
VALIA	R\$	IPCA + 9,75%	15/03/2020	65.000	5.377	6.820	77.197
BB	R\$	IPCA + 9,75%	15/03/2020	47.500	4.648	5.358	57.506
				450.000	38.837	48.712	537.549
				Circulante	94.250		
				Não Circulante	443.299		

R\$ 162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. O valor contabilizado reflete os termos do 13º Parágrafo da 22ª Cláusula do 6º Aditivo. Tal Aditivo definiu o preço do direito da Outorga suplementar e, consequentemente, este passou a ser reconhecido no Ativo intangível. (c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada MetrôRio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038): Através do 6º Aditivo, o MetrôRio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela controlada MetrôRio, são reconhecidos no ativo intangível. (d) Pelo direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, durante o prazo de 30 anos, a controlada CART, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o valor R\$ 634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa. (e) Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, obrigações dos respectivos contratos de concessão. (f) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio: O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos. (g) Direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART: O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. (h) Em 28 de maio de 2010, a Construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas mediante a transferência para a titularidade da Companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização de tal operação era necessária à anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela



Debenturistas	Moeda	Encargos		Prin- cipal	Juros	Total
		anuais	Vencimento			
Banco do Bradesco	R\$	116,5%	do CDI	24/01/2013	300.000	18.196 318.196
HSBC	R\$	116,5%	do CDI	24/01/2013	100.000	6.066 106.066
					400.000	24.262 424.262
As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20%. As cláusulas restritivas foram atendidas. <b>16. Concessão de serviço público</b>						
					<b>Consolidado</b>	
					<b>2011</b>	<b>2010</b>
Circulante						
Outorga principal (a)					<b>183.123</b>	65.387
Outorga principal e complementar (a)					<b>164.810</b>	58.848
Outorga variável CART					<b>536</b>	491
					<b>348.469</b>	124.726
Não circulante						
Outorga principal (a)					<b>1.354</b>	105.404
Outorga complementar (b)					<b>55.745</b>	79.114
Outorga principal e complementar (a)					<b>1.219</b>	94.864
					<b>58.318</b>	279.382
<b>Total</b>					<b>406.787</b>	404.108

(a) Refere-se ao ônus da concessão da controlada MetrôRio, assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 350.506 será pago pela controlada MetrôRio em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. (b) De acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato, o Poder Concedente tem direito de revisão do preço da Outorga da controlada MetrôRio no evento da realização das expansões descritas nos Parágrafos 6º e 7º da Cláusula 1ª do Contrato. Até 31 de dezembro de 2010, a controlada MetrôRio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. Através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, a controlada MetrôRio assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ em contrapartida ao pagamento da Outorga suplementar, inclusive referente à Estação General Osório. Em 31 de dezembro de 2011, esse compromisso somava R\$ 55.745 (R\$ 79.114 em 31 de dezembro de 2010), líquido do montante perhorado da renda da controlada MetrôRio e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 73.621 (R\$ 44.562 em 31 de dezembro de 2010). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário; e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise

A composição acionária da INVEPAR em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim constituída:

	2011				2010			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Total	%		
Construtora OAS Ltda.	3.051.499	5.735.090	8.786.589	2,95	8.786.585	3,22		
OAS Investimentos S.A.	26.743.064	17.063.946	43.807.010	14,72	43.807.010	16,02		
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	24.304.645	85.399.382	109.704.027	36,85	109.704.023	40,14		
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	20.322.769	40.645.537	60.968.306	20,48	55.500.859	20,31		
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	24.807.326	49.614.651	74.421.977	25,00	55.500.859	20,31		
Outros	-	-	-	-	16	-		
<b>Total</b>	<b>99.229.303</b>	<b>198.458.606</b>	<b>297.687.909</b>	<b>100,00</b>	<b>273.299.352</b>	<b>100,00</b>		

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social. **Aumentos de capital.** Em 17 de maio de 2010, os acionistas PETROS e FUNCEF integralizaram na INVEPAR o montante de R\$ 92.259 cada, perfazendo o total de R\$ 184.519. Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de maio de 2010, a Construtora OAS Ltda. subscreveu ações de emissão da INVEPAR no montante de R\$ 64.172, composta por 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da CRT. Em 20 de dezembro de 2010, após a anuência da ANTT, foram transferidas as ações da CRT que a Construtora OAS subscreveu na INVEPAR. Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de maio de 2010, a OAS Investimentos S.A. subscreveu ações de emissão da INVEPAR no montante de R\$ 190.935, tendo integralizado o valor de R\$ 19.093 à vista, sendo o saldo restante integralizado em 23 de julho de 2010. Em 14 de julho de 2011, os acionistas FUNCEF e PETROS subscreveram e integralizaram na INVEPAR o montante total de R\$ 150.000 (R\$ 75.000 cada), representados no total por 3.644.962 ações ordinárias e 7.289.924 ações preferenciais. Em 28 de dezembro de 2011, o acionista PETROS subscreveu e integralizou na INVEPAR o montante total de R\$ 207.875, representados no total por 4.484.557 ações ordinárias e 8.969.114 ações preferenciais. b) **Reserva de retenção de lucros.** A parcela remanescente do lucro líquido da INVEPAR de 31 de dezembro de 2009 foi destinada à reserva de retenção de lucros, de acordo com o Art. 196 da Lei nº 6.404/76. O prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2010 e parte do prejuízo de 2011 foram absorvidos por essa reserva de lucros. c) **Reserva legal.** A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/76. Parte do prejuízo apurado em 2011 foi absorvido por esta reserva. **20. Resultado financeiro.**

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	<b>381</b>	56
Juros ativos	<b>98</b>	1.819
Juros sobre aplicações financeiras	<b>64.439</b>	24.910
Operações de hedge	<b>5.189</b>	6.559
Varição monetária ativa	<b>7.268</b>	4.494
Variações cambiais ativas	<b>38.508</b>	48.077
Remuneração de clientes	<b>254</b>	1.600
Outros	<b>2.677</b>	2.811
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>118.814</b>	90.326

**22. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
LAMSA	Garantia de responsabilidade	16.739	18/12/2011	17/12/2012	J.Maluelli
LAMSA	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
CLN	Seguro garantia	4.610	22/02/2011	22/02/2012	J.Maluelli
CLN	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
MetrôRio	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	31/07/2012	Tokio Marine
MetrôRio	Transporte nacional	4.000	13/02/2011	13/02/2012	Sulamerica
MetrôRio	Transporte internacional	927	13/02/2011	13/02/2012	Sulamerica
CART	Garantia ampliações	133.618	16/03/2011	16/03/2012	Austral Seguradora
CART	Garantia funções operacionais	107.249	16/03/2011	16/03/2012	Austral Seguradora
CART	Responsabilidade civil	25.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
CRT	Responsabilidade civil	7.000	12/08/2011	12/08/2012	Chartis
CRT	Riscos de Engenharia	20.100	11/04/2011	01/09/2013	Tokio/Itaú Seguros
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2011	11/07/2012	Itaú Seguros
CRT	Seguro performance bond	13.100	22/11/2011	22/11/2012	Banco Fator
CRT	Responsabilidade Civil para Administradores D&O	10.000	15/02/2011	15/02/2012	Chartis
CBN	Responsabilidade civil para Administradores D&O	20.000	08/04/2011	08/04/2012	Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade Civil	30.000	17/08/2011	17/08/2012	Allianz
CBN	Risco de Engenharia	1.000	17/08/2011	17/08/2012	Itaú Seguros
CBN	Riscos Operacionais	30.000	17/08/2011	17/08/2012	Itaú Seguros
CBN	Seguro performance bond	85.414	17/08/2011	17/08/2012	Banco Fator
CRA	Seguro garantia	30.000	17/07/2011	17/07/2012	Banco Fator Seguradora
CRA	Responsabilidade civil	16.500	04/11/2011	04/11/2012	Allianz Seguros
CRA	Riscos operacionais	216.364	27/09/2011	30/09/2013	Itaú Seguros
CRA	Responsabilidade civil para Administradores D&O	20.000	10/06/2011	10/06/2012	Allianz Seguros
Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Riscos Operacionais	180.000	01/08/2011	01/08/2012	Tokio Marine
INVEPAR, MetrôRio, Lamsa, CLN E CART	Responsabilidade Civil para Administradores D&O	35.000	22/09/2011	22/09/2012	Zurich Brasil

da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada MetrôRio está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante. **17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais.** As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência em 2010	Saldo adicionais	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Provisões Atualização	Saldo monetária em 2011
Trabalhistas	7.348	1.364	(23)	(1.217)	(131) 7.341
Cíveis	7.768	2.817	(49)	(1.934)	(768) 7.834
Tributária	182	-	-	-	- 182
Outros	-	985	-	-	- 985
<b>Total</b>	<b>15.298</b>	<b>5.166</b>	<b>(72)</b>	<b>(3.151)</b>	<b>(899) 16.342</b>
Depósitos judiciais	(1.009)	(117)	-	-	- (1.126)
Contingências líquidas	14.289	-	-	-	- 14.289

a) **Contingências cíveis.** As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário e metroviário. b) **Contingências trabalhistas.** As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação. **18. Provisão para manutenção.** As controladas constituem provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 10%. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 14.679 (R\$ 8.123 em 31 de dezembro de 2010). **19. Patrimônio líquido (controladora).** a) **Capital social.** Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.699.466, representado por 297.687.909 ações, sendo 99.229.303 ações ordinárias e 198.458.606 ações preferenciais. O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$ 1.758.000. Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

**23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros.** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Críticos, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado.** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. b) **Exposição a riscos de taxas de juros.** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. c) **Concentração de risco de crédito.** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Risco de taxa de câmbio.** O resultado da controlada MetrôRio poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, a controlada MetrôRio possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior. e) **Operação de derivativos.** A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2011, nenhuma empresa do grupo INVEPAR possuía operações com característica de hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada MetrôRio contratou operações para proteção cambial de passivo com o HSBC Bank. Todas as operações contratadas foram liquidadas ainda dentro do exercício, gerando uma perda líquida de R\$ 1.574. A Companhia e as demais controladas não efetuaram quaisquer transações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. f) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros.** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de hedge. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

Empresa	Operação	Risco	Cenário		
			provável	A	B
LAMSA	Notas promissórias	CDI	10.193	10.296	10.398
CART	Debêntures	CDI	51.716	64.239	76.632
CART	BNDES	TJLP	184.003	259.103	340.203
CART	BNDES	IPCA	19.961	23.507	27.478
MetrôRio	BNDES	TJLP	191.366	228.473	386.037
MetrôRio	FINEP	TJLP	8.401	9.386	10.371
MetrôRio	Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	686	858	1.029
MetrôRio	Financiamento CAIXA	TR	23.500	24.289	25.078
MetrôRio	Notas promissórias	DI	5.369	6.585	7.801
INVEPAR	Debêntures	IPCA	448.886	523.965	607.305
CRT	BNDES direto 1	TJLP	34.267	42.834	51.401
CRT	BNDES direto 2	TJLP	9.610	12.013	14.416
CLN	Capital de Giro	CDI	5.732	7.165	8.598
CBN	FUNDESE	TJLP+3%	14.362	16.554	18.720
CBN	FAT	TJLP+4%	12.430	14.173	15.894
	Referência para passivos financeiros				
	TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%
	DI (% ao ano)		10,81%	13,51%	16,22%
	IPCA (% ao ano)		6,50%	8,13%	9,75%
	Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$ 1,78	R\$ 2,23	R\$ 2,68
	TR (% ao ano)		1,21%	1,51%	1,81%

**24. Resultado por ação**  
Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Numerador				
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(59.603)</b>	(10.692)	<b>(59.603)</b>	(10.692)
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações	<b>278.503</b>	241.911	<b>278.503</b>	241.911
Resultado básico e diluído de número de ações	<b>(0,21)</b>	(0,04)	<b>(0,21)</b>	(0,04)
Resultado básico e diluído de número de ações				
Receita de pedágio	<b>493.971</b>	385.977	<b>493.971</b>	385.977
Receita com venda de bilhetes	<b>454.614</b>	389.807	<b>454.614</b>	389.807
Receitas acessórias	<b>29.174</b>	23.727	<b>29.174</b>	23.727
Deduções, devoluções e cancelamentos	<b>(73.223)</b>	(59.028)	<b>(73.223)</b>	(59.028)
Receita de serviços	<b>904.536</b>	740.483	<b>904.536</b>	740.483
Receita de construção	<b>569.695</b>	487.514	<b>569.695</b>	487.514
<b>Receita Total</b>	<b>1.474.231</b>	1.227.997	<b>1.474.231</b>	1.227.997

**Custos e despesas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Operacionais, Gerais e administrativas	<b>335.611</b>	286.443
Pessoal e encargos	<b>209.630</b>	151.289
Depreciação e amortização	<b>172.525</b>	135.823
Marketing e venda de serviços	<b>18.780</b>	7.649
Custo de Construção	<b>555.437</b>	473.322
	<b>1.291.983</b>	1.054.526
Custo de serviços	<b>534.176</b>	387.996
Custo de construção	<b>555.437</b>	193.208
Despesas gerais e administrativas	<b>202.370</b>	473.322
	<b>1.291.983</b>	1.054.526

**26. Eventos subsequentes. Debêntures - LAMSA.** Em 10 de janeiro de 2012 a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão. **Proposta Vencedora.** Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a AIRPORTS COMPANY SOUTH AFRICA SOC LIMITED - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão será criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA terá 51%

(sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% serão detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos e além dos investimentos requeridos, o consórcio se comprometeu, a pagar através da SPE o montante de R\$ 16.213.000, esse montante será atualizado pelo IPCA e amortizado anualmente pelo período da concessão (20 anos). Cabe a INVEPAR o montante de R\$ 7.457.980, proporcional à sua participação no capital da futura SPE. O resultado do leilão está sujeito à homologação pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC que, segundo as regras do respectivo Edital, deverá ocorrer em março de 2012. **Operações Societárias.** Em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na INVEPAR pelo qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por **OAS S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital. A Assembleia Geral aprovou ainda nesta data um segundo aumento de capital com emissão de 26.398.467 (vinte e seis milhões, trezentas e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias e 52.796.934 (cinquenta e dois milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentas e trinta e quatro) ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860.964,84 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF

("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e (ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603. Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

Acionista	<b>Ações ON Transferidas ou Recebidas em Permuta</b>		<b>Ações PN Transferidas ou Recebidas em Permuta</b>	
OASI		(11.459.636)		11.459.636
Fundo BB		11.459.636		(11.459.636)

Em decorrência das sucessivas operações societárias descritas acima, a composição acionária da INVEPAR passou a ser a seguinte a partir de 21 de março de 2012:

Acionista	<b>Ações ON</b>		<b>Ações PN</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual de ON</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual de PN</b>
OASP	17.429.354	12,18%	34.858.708	12,18%
OASI	15.283.428	10,68%	28.523.582	9,97%
COAS	3.051.499	2,13%	5.735.090	2,00%
FUNDO BB	35.764.281	25,00%	73.939.746	29,56%
PETROS	35.764.281	25,00%	71.528.561	25,00%
FUNCEF	35.764.281	25,00%	71.528.561	25,00%
<b>Total</b>	<b>143.057.124</b>	<b>100,00%</b>	<b>286.114.248</b>	<b>100,00</b>

**Diretoria Executiva**

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores -	<b>Gustavo Nunes da Silva Rocha</b>
Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro -	<b>Marcos Bastos Rocha</b>
Diretor Vice-Presidente de Concessões Rodoviárias -	<b>Damião Carlos Moreno Tavares</b>
Diretor Vice-Presidente de Transportes Urbanos -	<b>Gustavo Nunes da Silva Rocha</b>
Diretor de Recursos Humanos e Gestão -	<b>Marcus Roger Meireles Martins da Costa</b>

**Conselho de Administração**

<b>Alexandre Louzada Tourinho</b> - Presidente	
<b>Antonio Bráulio de Carvalho</b> - Vice-Presidente	
Carlos Eduardo Leal Neri	Manuela Cristina Lemos Marçal
Carlos Fernando Costa	Ricardo Carvalho Glambroni
Luiz Eduardo Silva Lyra Magalhães	Rogério Pedrinha Pádua

**Rodrigo Fagundes Rangel**  
Controller

**Fábio da Silva Baptista**  
Contador - CRC 1SP 170223/S-8-RJ

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

1. O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 27 de março de 2012, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas e o correspondente parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu parecer, emitido sem ressalvas com data de 27 de março de 2012 e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012.

Marcelo Almeida de Souza  
Roosevelt Rui dos Santos

Josedir Barreto dos Santos  
Paulo Roberto Fogaça dos Santos

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da  
**Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos e Participações em Infra-

Estrutura S.A. - INVEPAR em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012

**ERNST & YOUNG TERCO**

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Mauro Moreira  
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4